



infoPAS

INFORMATIVO DO PROJETO ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA (PAS)
NÚMERO 10 | EDIÇÃO ESPECIAL | ABRIL DE 2017



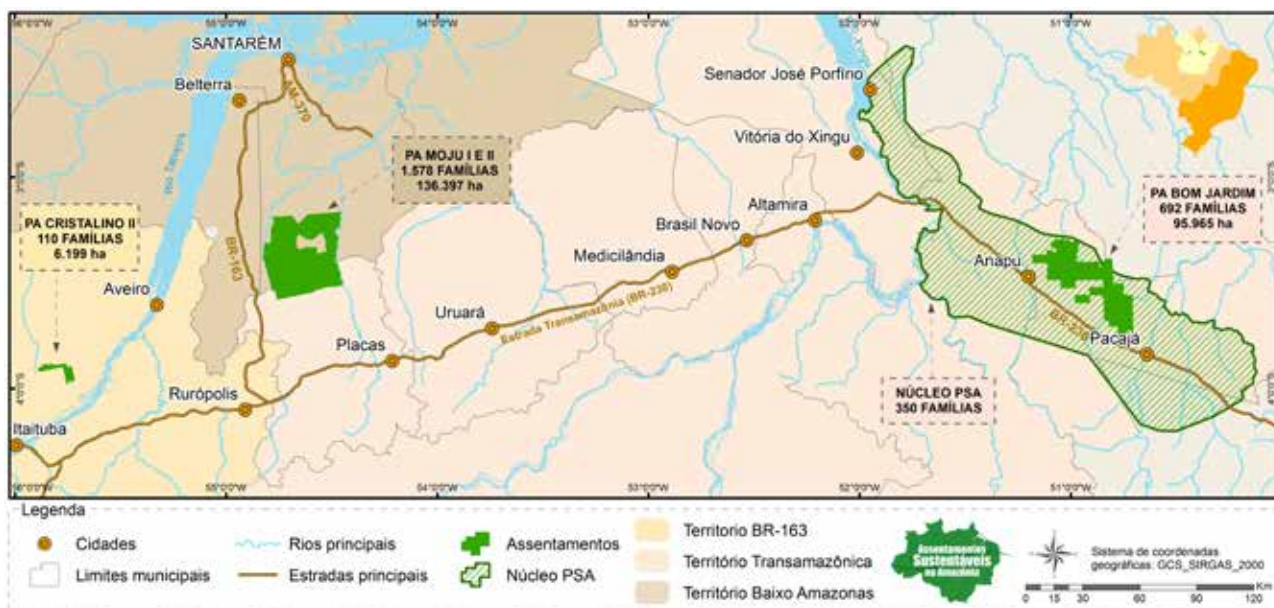
O DESAFIO DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE BAIXO CARBONO





O Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia (PAS) entra na reta final. Passaram-se cinco anos desde a assinatura do contrato com o Fundo

Amazônia, em 2012, e não foram poucos os desafios que o projeto venceu. O PAS atuou em três assentamentos de reforma agrária no oeste do Pará e no



“A equipe do PAS nos ajuda muito não só com orientação mas também com materiais para aplicarmos o que aprendemos. Vale muito a pena os esforços feitos por todos, porque as roças estão cada vez melhores e agora acredito que conseguirei aumentar minha produção.”

Siríaco Pereira, Núcleo PSA, no Infopas nº 5, de março de 2015.

antigo polo do Proambiente, na Transamazônica (ver mapa), em uma área de aproximadamente 1,4 milhão de hectares, equivalente a quase três vezes a área do Distrito Federal

Neste período, mais de 2.700 famílias foram atendidas pelo projeto, 650 destas com visitas de assistência técnica e extensão rural (ATER) periódicas e investimentos na melhoria de atividades produtivas; 1.300 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) foram emitidos, e mais de 100 mil hectares de áreas produtivas foram regularizadas. Também foi im-

plementado um sistema de pagamento por serviços ambientais junto a um grupo de 350 famílias.

O projeto permitiu que a renda bruta média dos produtores beneficiados aumentasse 68%, enquanto o desmatamento nos lotes atendidos caiu 79%, de acordo com o levantamento do projeto em 2016.

Este boletim traz um balanço dos principais produtos e atividades do projeto e os principais impactos observados nos locais de atuação, de acordo com os cinco eixos de monitoramento do PAS.

Entrevista: o Proambiente

“A ideia central era o replanejamento do uso da terra e o controle social das políticas públicas”

O pesquisador da Embrapa Cerrados Luciano Mattos fala sobre o Proambiente, projeto lançado no ano 2000 que buscou conciliar rentabilidade com qualidade ambiental na Amazônia. A entrevista completa está no InfoPAS nº 4, de outubro de 2014.

Inicialmente, qual era a ideia do Proambiente?

A ideia era criar um crédito que garantisse a produção e a rentabilidade, mas também a qualidade ambiental. Aí entra a questão dos serviços ambientais. Como o banco não financiava esses serviços, os movimentos sociais pensaram no instrumento de rebate (desconto) ecológico no crédito para as culturas que tinham necessidade desses serviços ambientais.

Como calcularam esse rebate ecológico?

A primeira base de cálculo foi o custo da retirada do fogo: estimamos que eram necessárias 30 diárias a mais de trabalho para retirada do fogo, e esse seria o valor do desconto. Só que, durante uma apresentação do projeto, um agricultor me perguntou como se beneficiariam as famílias que não tinham ou utilizavam crédito, e daí pensou-se no pagamento direto.

Como foi o processo de transformação dessas ideias em um programa de governo?

A proposta foi entregue ao governo entre 2002 e 2003 e foi absorvida pelo Ministério do Meio Ambiente. A ideia central era o replanejamento do uso da terra e o controle social das políticas públicas, por meio da formalização dos conselhos e da participação social nos processos, com acordos comunitários para o planejamento territorial.

Quais foram os principais problemas enfrentados na implementação do programa?

Ao ser incorporado pelo governo, a participação social se restringiu e a burocracia aumentou. Além disso, faltou uma articulação política com as prefeituras nas áreas dos polos, pois algumas das atribuições eram de responsabilidade jurídica delas.

O que você mudaria se fosse implementar o Proambiente hoje?

Eu apresentaria o projeto ao Ministério da Agricultura. Quando o projeto começou a ser discutido no MMA, o foco ficou no pagamento por serviços ambientais e não na transição agroflorestal, que era ideia central do programa. Além disso, promoveria uma interlocução política melhor com as prefeituras das cidades que abrigam os polos do programa.

Eixo de regularização ambiental

Logo no início do projeto, em 2012, a questão da regularização ambiental foi colocada como fundamental para estruturar as demais ações do projeto. Naquela época, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) se encontrava em fase inicial de implementação pelo governo federal e ainda carecia de definições e normas.

Durante a execução do projeto, várias práticas foram propostas e testadas em campo, permitindo que a elaboração do CAR em assentamentos de reforma agrária ganhasse escala. Uma destas abordagens foi o uso de GPS geodésico para mapear o perímetro dos assentamentos e o GPS de navegação para determinar o perímetro dos lotes.

Além do preenchimento do CAR, o georreferenciamento dos lotes e o mapeamento do uso do solo se mostraram essenciais para a elaboração dos planos de uso dos lotes e do sistema de pagamento por serviços ambientais implementados pelo projeto.

PRINCIPAIS RESULTADOS:

1.300 cadastros ambientais rurais (CAR) emitidos: uma das metas atingidas pelo projeto foi a emissão dos CARs para os assentados de reforma agrária dos três territórios contemplados pelo pro-

jecto – só no Projeto de Assentamento (PA) Moju, cerca de 63% dos cadastros foram feitos pelo IPAM. Somando todos os lotes com CAR feitos pelo IPAM, são mais de 101 mil hectares cadastrados no sistema nacional.

2 programas de regularização ambiental (PRAs) elaborados: os planos de regularização ambiental do PA Cristalino II e do PA Bom Jardim são legados para os assentados, pois servem de documento de referência para as atividades programadas de gestão do assentamento e planejamento de futuro.

100% das atividades produtivas ambientalmente regularizadas: todas aquelas desenvolvidas pelo PAS foram licenciadas, com emissão de mais de mil dispensas de licença ambiental (DLA), além do registro de todos os lotes com os quais o projeto trabalha no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), conforme detalhado acima.

3 assentamentos com perímetro georreferenciado: estes limites serviram de base para o georreferenciamento dos lotes, que permitiu a elaboração dos CARs e também a elaboração dos planos de uso dos lotes.



Thiago Foresti/IPAM



IPAM

O novo Código Florestal

A reserva legal é uma área de vegetação nativa que deve ser mantida no lote. Nas propriedades da Amazônia, a porcentagem é de 80% da área total do lote – as áreas de preservação permanente podem ser incluídas no cômputo.

Antigamente, quem havia desmatado além desse índice deveria recuperar essa área. O novo Código Florestal, aprovado em 2012, lidou com os pequenos proprietários de forma diferente e determinou que, em propriedades de até quatro módulos fiscais, o que foi desmatado de reserva legal até julho de 2008 não precisaria ser recomposto. Estima-se que cerca de 4,8 milhões de hectares, ou um terço da área desmatada dentro dos assen-

tamentos da região, deixaram de ter sua restauração obrigatória como reserva legal.

Já as áreas de preservação permanente (APPs) têm outro tratamento. No caso das matas ciliares, aquelas que se formam ao longo de rios, por exemplo, elas existem para assegurar a disponibilidade e a qualidade de corpos d'água, e por isso devem ser mantidas.

As APPs continuam protegidas por lei, mas o que foi desmatado antes de julho de 2008 não precisa ser recuperado em sua totalidade. Em igarapés com até dez metros de largura, a faixa de mata ciliar é de 30 metros de cada lado. Para qualquer uso da APP, porém, o produtor deve cumprir o Programa de Regularização Ambiental (PRA), criado pela lei de 2012.

O Código Florestal também criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório para todas as propriedades rurais. Quem não tiver o CAR não terá acesso a financiamentos agrícolas.

“Hoje nós recebemos o documento CAR. É importante para gente fazer um financiamento, fazer uma venda de gado e demais negócios que tenham a fazer dentro do assentamento. Estou satisfeito, muito feliz.”

Antônio da Conceição Carvalho, morador da comunidade Serra da Fumaça no PA Cristalino II, no Infopas nº 3, de maio de 2014.

Visita da embaixadora da Noruega

Nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2014, as famílias na região da rodovia Transamazônica participantes do PAS receberam a visita da embaixadora da Noruega no Brasil, Aud Marit Wiig, e da conselheira de Meio Ambiente da Embaixada da Noruega, Elisabeth Forseth. Em dois dias de visita, embaixadora e conselheira viram de perto a realidade dos assentamentos de reforma agrária no oeste do Pará.

Um seminário promoveu a troca de informações e visões entre os agentes locais e a delegação da Noruega, quando foi discutida a estratégia e a abrangência do PAS, a história da região da Transamazônica, o papel dos movimentos sociais e a realidade dos assentamentos de reforma agrária na Amazônia.

A embaixadora e a conselheira visitaram ainda famílias em dois assentamentos de reforma agrária, e tiveram a oportunidade de conversar com mais de 50 produtores rurais dos municípios de Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá. Nessa ocasião, as famílias presentes receberam o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de suas propriedades.

Eixo de valorização econômica da floresta

Neste eixo, concentraram-se as atividades referentes à valorização da floresta remanescente dos lotes em que o projeto atuou. O principal objetivo foi implementar ações para permitir que a gestão sustentável e a preservação da floresta sejam alternativas de renda para as famílias.

PRINCIPAIS RESULTADOS:

7 viveiros comunitários construídos: uma ação deste eixo foi o investimento em restauração, com a construção de viveiros comunitários para fornecer mudas de espécies que tragam, além da recuperação de áreas de floresta, uma fonte de renda. A produção dos sete viveiros do projeto tem potencial anual aproximado de 80 mil mudas de espécies como açaí, graviola, cupuaçu, castanha-do-pará, cacau e outras frutíferas.

3 planos de manejo florestal elaborados e mais de 200 assentados capacitados: outra ação foi o manejo florestal comunitário, e o PA Moju I e II foi o polo de atuação dessa linha. Ele abrigou a elaboração de três planos de manejo, que envolvem três comunidades do assentamento – Santa Rita de Cássia, Santa Isabel e São Miguel – e somam 1.875 hectares manejados ao todo. As atividades contaram com a participação da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (COOMFLONA), que, devido a sua experiência com o tema na região, auxiliou o IPAM e os assentados em capacitação e elaboração dos planos.

Mais de 350 contratos de pagamento de serviços ambientais¹ assinados: a experiência de referência envolveu famílias do antigo Proambiente na

¹ Pagamento por serviços ambientais: remuneração dos serviços ambientais prestados pela floresta em uma área, como renovação do ar, contribuição na manutenção do clima e absorção e estoque de carbono, entre outros.

“Vejo os pagamentos por serviços ambientais (PSA) como uma melhoria. Farei investimentos na minha propriedade, principalmente na área que destinei para a agricultura”.

Elenice Ramos de Castro, Grupo Arapari, Núcleo PAS, no Infopas nº 3, de maio de 2014.



IPAM

região da rodovia Transamazônica, nos municípios de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio.

A estratégia buscou valorar os serviços ambientais providos pelas famílias de produtores, a partir da manutenção dos remanescentes florestais dos seus respectivos lotes. Para isso, um valor de até R\$ 1.680 anuais era pago pelo IPAM às famílias, respeitando três critérios: manutenção das áreas de cobertura florestal existentes; manutenção ou regeneração natural das áreas de proteção permanente (APP), quando

existiam; e adoção de melhorias produtivas de acordo com o planejamento das atividades do lote (o PU, ou plano de uso das unidades de produção familiar).

Menos de 10% dos produtores desistiram do acordo assinado para recebimento do PSA durante o período de vigência do projeto, o que demonstra como os próprios assentados veem como possível o cumprimento dos critérios. O PSA cumpriu então seu papel de reduzir a pressão sobre as áreas de floresta e melhorar a produtividade nas áreas já abertas.



O manejo florestal comunitário

No PA Moju I e II, como na maioria dos assentamentos na Amazônia, a floresta sofre pressão de diferentes intervenções e interesses, como a atividade agrícola, a pecuária, o interesse madeireiro e a especulação de terras. A falta de ações para o uso sustentável cria o risco de a floresta sumir na unidade produtiva.

Para trabalhar ações afirmativas de uso sustentável da floresta, o PAS desenvolveu nesses projetos de assentamento uma estratégia que envolve uma série de ações para a implementação de projetos demonstrativos de manejo florestal comunitário (MFC).

Trata-se de uma experiência desafiadora para as famílias envolvidas, e serviu de parâmetro para a implementação em outras áreas de assentamentos na Amazônia. A tarefa é superar as relações

correntes entre empresa e comunidade nos diversos dilemas, dentre eles a falta de protagonismo e conhecimento para os assentados realizarem os processos de manejo para utilização racional da floresta em seus lotes.

Outro desafio está no aprendizado que possibilite às famílias fazerem a gestão florestal para a geração presente e futura. É necessário que a floresta faça parte da estratégia da unidade familiar como um componente econômico, ambiental e social, buscando a sustentabilidade.

A estratégia de uso sustentável da floresta em curso no PA Moju I e II envolve um componente de manejo de produtos florestais madeireiros em três comunidades (São Miguel, Santa Rita e Princesa Isabel) e outro de manejo de produtos florestais não-madeireiros em discussão na comunidade Santo Antônio.

Esse trabalho também conta com a participação da Cooperativa Mista das Comunidades da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA), da Superintendência Regional do INCRA (SR-30) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

“O sistema [de abastecimento] representa uma grande melhoria na qualidade da água para as famílias, foi com muita honra e prazer que recebemos esses sistemas. Representa um fato histórico.”

Edmundo da Silva, presidente da Associação de Santa Inês, PA Cristalino II, no Infopas nº 5, de março de 2015.

Entrevista:

O pagamento por serviços ambientais

“O PAS retoma um processo sólido de debate sobre os investimentos coerentes para a agricultura familiar”

A coordenadora de Projetos da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Ana Paula Santos, falou ao IPAM sobre o pagamento de serviços ambientais (PSA) na Amazônia. A entrevista completa foi publicada no InfoPAS nº 4, de outubro de 2014.

Quando surgiu a ideia de implantar o PSA nessa região do Pará?

Tudo começou com o Polo Pioneiro do Proambiente em 2000, um programa criado pelo movimento sindical do meio rural com apoio de organizações como IPAM, FASE Amazônia, CONTAG, FETAGRI e outros, e que mais tarde recebeu apoio do Ministério do Meio Ambiente.

Dentro do Proambiente, já existia uma proposta de remunerar os agricultores pelos servi-

ços ambientais prestados pela redução do uso de fogo, cuidados com as matas ciliares, não uso de agrotóxicos, entre outros. O pagamento, de R\$ 100 por mês, foi efetuado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente por seis meses, entre 2005 e 2006, para todos os polos do Proambiente, por meio dos projetos desenvolvidos pelas entidades executoras. Na Transamazônica, a entidade executora do polo era a FVPP. Mas, por decisão do próprio governo federal, o Proambiente não seguiu em frente.

O que aconteceu após a paralização do Proambiente?

O PSA só foi retomado nesta região entre 2009 e 2010, quando o IPAM, em parceria com a FVPP, constatou em atividades de campo que boa parte dessas famílias do polo da Transamazônica esperava que o programa fosse reativado, e portanto mantinha as mesmas práticas promovidas pelo Proambiente. A FVPP e o IPAM decidiram apresentar uma proposta ao Fundo Amazônia que contemplasse também a demanda do PSA como uma das iniciativas de fortalecimentos da agricultura familiar praticada ali.

Qual é a importância do Projeto Assentamentos Sustentáveis para dar continuidade ao PSA?

O PAS retoma um processo sólido de debate sobre os investimentos coerentes para a agricultura familiar nessa região, fornece subsídios para a implantação de uma política de PSA no Brasil, à luz da realidade amazônica, e principalmente propõe um modelo de gestão em que o agricultor é parte importante na gestão, não mero beneficiário do Estado; suas demandas são ouvidas, mas sua parcela de responsabilidade na engrenagem também é contemplada.



IPAM

Eixo de aumento da produtividade nas áreas abertas

Este foi um eixo fundamental do projeto. O aumento da produtividade nas áreas já desmatadas dos lotes, acompanhada pela regularização ambiental e o Cadastro Ambiental Rural, compõem a espinha dorsal da estratégia do PAS, permitindo que a renda dos assentados aumente sem que novas áreas de floresta sejam desmatadas. Várias atividades produtivas nesta linha foram fomentadas com assistência técnica e também com investimento direto nos lotes.

PRINCIPAIS RESULTADOS:

119 hectares de área reflorestada com sistemas agroflorestais (SAFs): a implementação de sistemas agroflorestais é uma componente importante dentro desta estratégia, porque indica um novo caminho para a produção nos lotes. Com isso, cria-se mais uma fonte de renda para as famílias, ao mesmo tempo em que serviços ecossistêmicos são recuperados, desenvolvendo um modelo de produção agropecuária com base agroecológica mais adequado à realidade local.

650 lotes com assistência técnica periódica: todas as atividades produtivas implementadas pelo PAS foram apoiadas por um sistema de assistência técnica e extensão rural (ATER) diferenciado. Este atendimento consistia nas visitas que os técnicos do projeto realizaram nas propriedades durante todo o período, do diagnóstico socioambiental, passando pela fase do plano de uso do lote, até os investimentos produtivos.

As visitas técnicas são essenciais para o sucesso da transição produtiva, pois orientam e acompanham o produtor durante a execução do seu plano de uso do lote. Por isso, a capacitação da equipe de ATER para uma assistência diferenciada – mais longa, com mais visitas e voltada para os preceitos do projeto – é um ponto primordial para o aumento da produtividade.

Outra questão fundamental é plano de uso do lote (PU), peça central no planejamento das atividades produtivas apoiadas pelo PAS. Sua elaboração teve como base um estudo de mercado nas regiões incluídas no projeto feito em 2013, quando os técnicos foram orientados a realizar o planejamento do lote conciliando os sonhos do produtor para sua área com a demanda local de produtos, além de incluir componentes de segurança alimentar para as famílias.

Na região da Transamazônica, ainda houve parceria com as Casas Familiares Rurais (CFR) de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio, para a formação técnica de jovens. Os estudantes das CFR recebiam um valor para acompanhar as atividades de campo do IPAM – visitas técnicas ou atividades coletivas como dias de campo, eventos e intercâmbios –, e assim vivenciar, na prática, a rotina de um técnico agropecuário. Ao todo, 29 jovens foram contemplados.

1.139 hectares de áreas recuperadas para fins econômicos: as principais atividades apoiadas pelo PAS foram:

- Pecuária de recria e produção de leite: reforma de pasto degradado (limpeza de “juqueira”); rotação do pastejo, com construção de cercas; melhoramento genético do rebanho, com inseminação artificial e seleção de matrizes e reprodutores; construção de capineiras; promoção de sistemas silvopastoris, com plantio de espécies florestais e manejo da rebrota; nutrição do rebanho e construção de currais, cochos e bebedouros;
- Cultivo de cacau, pimenta-do-reino e frutíferas em sistemas agroflorestais: apoio ao manejo de plantios já existentes, e ampliação do cultivo em áreas já desmatadas;

- Cultivo de mandioca, arroz, milho e feijão como estratégia de segurança alimentar e fonte de renda, tomando como referência o “trio da produtividade” e o “sistema bragantino”, alternativas técnicas promovidas pela Embrapa Amazônia Oriental;
- Criação de pequenos e médios animais: galinha caipira, porcos, ovinos, caprinos e abelhas;
- Cultivo de hortas familiares, com produção excedente para comercialização.

Entrevista:**A agricultura sustentável****“Temos várias espécies de valor econômico que podem formar um sistema agroflorestal”**

O professor Sebastião Augusto, da Universidade Federal do Pará, fala sobre os desafios da agricultura sustentável em assentamentos de reforma agrária. A entrevista completa com o pesquisador foi publicada no InfoPAS nº 5, de maio de 2015.

Quais são as principais características de uma agricultura sustentável?

Uma agricultura sustentável está relacionada à manutenção ou, pelo menos, à preservação de parte do meio biofísico, ou seja, que aconteça o mínimo possível de modificação. Uma vez que houve a intervenção em uma área de vegetação nativa, haverá mudanças, mas que essas mudanças procurem sempre estabelecer um nível de energia que não caia durante os anos subsequentes. Essa retirada tem de ser feita de uma forma lenta, para que a própria natureza se restitua, ou para que o interventor possa promover alguma maneira de recompor o que está saindo. Na Amazônia, um dos melhores meios de se trabalhar de modo sustentável são os sistemas agroflorestais (SAFs).

Quais são as contribuições dos SAFs para a agricultura sustentável?

Depende de que tipo de SAFs que será trabalhado. Na região da Transamazônica,

falamos muito em SAFs com cacau. Procura-se também, em sistemas agroflorestais, a melhor espécie perene que manterá a associação com a floresta que está sendo recomposta, principalmente quando se trata de áreas alteradas. Nós temos várias espécies de valor econômico, como o dendê, a seringueira, a castanha-do-pará, a andiroba e o açaí, que podem recompor uma área e formar um SAF. Isso em um sistema que permita ter uma cultura que traga renda direta para o agricultor e que se sustente ao longo do tempo.

Quais são os principais desafios para uma agricultura sustentável em assentamentos de reforma agrária?

Isso mexe muito com a parte econômica, também com a infraestrutura. Essas pessoas são colocadas nos assentamentos tendo um limite de área para trabalhar, razoável para a manutenção da floresta nativa, mas sem orientação o agricultor acaba mexendo onde não deve mexer. Isso porque ele chega e tem de se alimentar, a família dele tem de sobreviver, está em situação precária de infraestrutura, moradia, saúde e educação. Essa situação se torna pior principalmente aqui na Amazônia, onde chove muito por um período de cinco a seis meses. Como levar conhecimento nesses lugares mais longínquos? São beneficiados sempre os mesmos que estão próximos à Transamazônica, os que estão mais próximos de asfaltamentos, próximos às cidades. Os que estão mais afastados, que precisam desse conhecimento, ficam sempre à margem.

Eixo de agregação de valor às cadeias produtivas

A lógica desse eixo é agregar valor ao produto que sai do lote por meio do beneficiamento, aumentando a durabilidade, possibilitando a criação de estoque e adequando os produtos à demanda dos mercados institucionais e abertos.

Este eixo de ação do projeto está diretamente ligado ao eixo de aumento de produtividade nas áreas abertas. Para a estruturação de ambos os eixos, foi realizado no início do projeto um estudo de mercado para avaliar os potenciais regionais e as barreiras para os produtos da agricultura familiar.

O estudo de mercado identificou que muitos produtos importados na região de abrangência do PAS (seja de outros municípios, outros estados e, em alguns casos, até de outros países) poderiam ser substituídos pela produção local, desde que ela se adequasse à legislação sanitária e tivesse escala e preço competitivo.

Nessa linha, foram apoiadas atividades para a produção de frutas, leite, carne, arroz, feijão e mandioca, com beneficiamento de alguns desses produtos, além do suporte voltado à exportação de cadeias preexistentes, como pimenta-do-reino e açaí. Para comercialização, o PAS atuou pela adequação sanitária desses produtos e seu escoamento (como descrito na seção seguinte).

A estratégia desenhada pelo PAS envolveu, ainda, acessar mercados institucionais e abertos, ou seja, fazer com que os produtores estejam aptos a comercializar sua produção pelos programas do governo, diretamente com o consumidor ou no comércio local.

PRINCIPAIS RESULTADOS:

20 estruturas de beneficiamento: o PAS ajudou a implementar e consolidar estruturas de beneficiamento de produtos nos assentamentos,



IPAM

com eventos de capacitação, disseminação de conhecimento e investimentos diretos na finalização de estruturas de beneficiamento da produção. As principais atividades apoiadas nesse eixo foram a produção de polpa de frutas, o beneficiamento de leite e a produção de farinha.

20 organizações e 20 planos de negócios elaborados com capacitação em gestão de negócios: até fevereiro de 2017, duas iniciativas deste eixo se destacaram: a rede de comercialização solidária em Itaituba, e a feira familiar de Pacajá, na região da

Transamazônica. São espaços aonde os produtores escoam parte de sua produção, com pagamento à vista, e que geram aumento de renda. O valor total da produção comercializada teve um incremento de 156% quando comparada com as vendas das famílias antes da implementação dessas iniciativas.

No município de Pacajá, foram realizadas 18 feiras de maio de 2016 a fevereiro de 2017, com periodicidade quinzenal e participação de 35 famílias, nas quais foram comercializados mais de 60 diferentes produtos. A iniciativa mostrou resultados tão bons que a prefeitura passou a apoiar a feira familiar, cedendo um terreno para que o evento tenha continuidade mesmo com a finalização do PAS. Dessa maneira, os agricultores se mobilizam e se organizam para participar desses momentos.

Ainda dois produtos estão sendo concluídos: os planos de negócios das estruturas de beneficiamento, e a capacitação das organizações e dos beneficiários dessas estruturas. Isso inclui desde boas práticas de manuseio de produtos alimentícios a noções de gestão de negócios, com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O peso da agricultura familiar

De acordo com dados de 2006 divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar é responsável pela produção de quase 70% dos alimentos consumidos no Brasil diariamente. Ocupando apenas 15% da área rural no país, este setor responde por 38% do valor bruto total da produção no campo, o que corresponde a mais de R\$ 54 bilhões.

Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. Apesar de sua importância, o setor ainda enfrenta uma série de dificuldades para aprimorar a produção e garantir o sustento de milhares de famílias.

Nos estados da Amazônia Legal, os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam apenas 22% da área rural, mas representam 87% do número de estabelecimentos e 82% da mão de obra ocupada no campo.



Thiago Foresti/PAAM

“A Feira da Produção Familiar se tornou uma alternativa aos produtores familiares que plantam e criam, dando suporte para que possam comercializar seus produtos sem os atravessadores, sendo eles mesmos os negociantes dos seus produtos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município está apoiando a realização das feiras para que a iniciativa continue e que se expanda e seja uma referência na região.”

Ricardo Santos, secretário de Desenvolvimento Econômico de Pacajá, no Infopas nº 8, de março de 2017.

Entrevista:

A agricultura familiar e a nutrição

“O PNAE é uma política pública importante para o desenvolvimento local sustentável”

A nutricionista Nádia Alinne Fernandes Corêa, agente do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) no Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar na Universidade Federal do Pará, fala sobre o papel que a agricultura familiar na formação de estudantes. A entrevista completa encontra-se no InfoPAS nº 6, de agosto de 2015.

O que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar?

O PNAE é o programa mais antigo do governo federal brasileiro, fundamentado no direito dos escolares à alimentação saudável e adequada. Tem o objetivo de garantir as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, de forma a contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes.

Qual é a importância do PNAE para a agricultura familiar?

Os agricultores familiares devem compreender o programa de alimentação escolar como sendo uma proposta maior do que apenas uma expansão de mercado. Ao relacionar o produtor familiar com a preservação ambiental e evidenciar sua relação com a biodiversidade, o PNAE é uma política pública importante para o desenvolvimento local sustentável.

Quais seriam os caminhos para fazer com que agricultores e prefeituras conseguissem incrementar a participação dos mesmos no PNAE?

Por parte da agricultura familiar, há a necessidade de uma adequação técnico-gerencial às exigências das relações comerciais formais, em que emerge a importância dos serviços de assistência técnica e extensão rural, por exemplo. Por outro lado, na dimensão político-organizacional, a entidade executora precisa estabelecer mais articulação com os setores da agricultura familiar, visando a novas formas de planejamento. A gestão deve priorizar cardápios que respeitem os hábitos regionais, observando as especificidades da região. É preciso ter em mente que o Pará se apresenta complexo quando pensamos nos agricultores, nas lógicas de produção e nas relações com o ambiente. Estabelecer projetos menos burocráticos, respeitando as especificidades locais a favor da garantia de acesso ao PNAE por este segmento social organizado, ainda é o nosso maior desafio.



Eixo de fortalecimento da capacidade de gestão dos assentamentos

O eixo de fortalecimento da capacidade de gestão é transversal a todas as atividades do Projeto Assentamentos Sustentáveis. Para que um assentamento se consolide como território sustentável, é necessário que seus habitantes interajam entre si e com outros indivíduos e instituições públicas e privadas de maneira organizada, participando dos processos decisórios no local onde vivem e do qual dependem.

A boa gestão – do lote, da produção e do território – é um componente que permeia todas as atividades do assentamento. A cogestão adotada no PAS segue o modelo adotado nas unidades de conservação de

uso sustentável, em que diversas entidades com atuação no local e seus habitantes discutem e tomam as decisões sobre seu futuro.

PRINCIPAIS PRODUTOS E ATIVIDADES:

96 lideranças capacitadas em associativismo e gestão: no PAS, esse processo levou à criação dos grupos de sustentação do projeto, uma estrutura em que IPAM, beneficiários da reforma agrária, lideranças e entidades governamentais discutem os rumos do projeto e debatem as decisões que precisam ser tomadas.

“Estou apostando no projeto PAS e que o trabalho vai dar certo. Que possa vir ações de mecanização para ampliar o plantio de mandioca. Porque plantar mandioca em terra mecanizada é uma coisa, plantar em terra de toco é outra, dá para observar que não tem um bom rendimento. Conto com apoio do IPAM e que o trabalho seja fortalecido cada vez mais no assentamento.”

Antonio Pereira Marques, morador do PA Moju, no Infopas nº 5, de março de 2015.

“Acredito que o produtor precise de assistência técnica, de apoio para que ele possa desenvolver seu trabalho na agricultura, e com esse projeto (Assentamentos Sustentáveis) os produtores irão se firmar em suas propriedades, irão ter mais conhecimento de desenvolver seu trabalho sem agredir o meio ambiente.”

Valber Monteiro, representante do STTR de Pacajá, no Infopas nº 2, de setembro de 2013.

Na região da Transamazônica, foi criado também um grupo de lideranças, ligado às famílias do piloto de pagamento por serviço ambiental do projeto. Esse grupo apoia o IPAM na tomada de decisões e acompanha a execução do projeto, avaliando ou questionando cada etapa, contribuindo com soluções de impasses e validando o monitoramento do desmatamento nos lotes beneficiados realizado pelo IPAM.

Criação de infraestrutura básica de funcionamento das associações.

8 intercâmbios sobre atividades produtivas realizados, com participação de assentados: a estratégia de fortalecimento da gestão e disseminação de informações obteve resultados muito além do previsto, pois as atividades de assistência técnica,

como intercâmbios de produtores, participação em eventos, capacitações, oficinas e seminários, foram frequentes durante o período do projeto. No total, foram registradas 1.633 participações de produtores em tais eventos.

4 seminários realizados: o IPAM organizou quatro grandes seminários para esse público sobre os seguintes temas: melhorias produtivas, em 2013; mercados institucionais, em 2014; diagnóstico do projeto, em 2015; e agroecologia, em 2016. O IPAM também apoiou a participação de produtores em eventos organizados por outras instituições, como o 7º Festival do Cacau da Comunidade Monte Dourado, o 9º Congresso Brasileiro de Agroecologia, as 14ª e 15ª Semanas de Integração em Ciências Agrárias e o 2º Simpósio de Fruticultura Paraense, entre outros.



IPAM

Festival do Cacau

Assentados do PA Cristalino II participaram de um intercâmbio durante o 7º Festival do Cacau da Comunidade Monte Dourado, em Itaituba, que ocorreu em agosto de 2015. A região, conhecida como Vicinal do Cacau, onde o festival é realizado todos os anos, conta com mais de 600 mil pés de cacauzeiros plantados em sistemas agroflorestais.

Os assentados do PA Cristalino II participaram em dois momentos. O primeiro foi uma visita à propriedade do casal Francisco e Inete de Lima, que tem como base produtiva o cacau e o açaí.

O segundo ocorreu no espaço onde o festival acontece: os assentados do PA Cristalino II conheceram a diversidade de produção, as formas de organização de um festival, conversaram com lideranças sobre as etapas e os desafios de realização de um evento desse porte.

Monitoramento do projeto

Thiago Foresti/IPAM

O PAS adotou 20 indicadores de desempenho, que foram aplicados anualmente nas propriedades atendidas, de forma a identificar melhorias em três aspectos: ambiental, socioeconômico e de gestão. Esses dados foram sistematizados e são disponibilizados no Sistema de Monitoramento do projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia (SIMPAS).

O SIMPAS centraliza todas as informações de ATER do projeto: os planos de uso dos lotes, os Cadastros Ambientais Rurais, dados do diagnóstico dos assentamentos e os 20 indicadores de desempenho do projeto para cada família.

A plataforma é usada para gerir as informações do projeto e melhor tomadas de decisão. Ela está aberta para consulta pública no endereço www.pas-simpas.org.br.





Thiago Foresti/PAM

Conclusão

Os resultados medidos e os impactos, ainda em análise, na região oeste do Pará indicam que o Projeto Assentamentos Sustentáveis atingiu seu objetivo: implantar e testar um modelo de agricultura familiar tropical sustentável, aumentar a renda de produtores familiares por meio de uma assistência técnica diferenciada e reduzir o desmatamento nos lotes de reforma agrária.

As análises dos macroindicadores, do aumento de renda e da redução do desmatamento mostram que o projeto permitiu que a renda bruta média dos produtores beneficiados aumentasse 66%, enquanto o desmatamento nos lotes atendidos caiu 79%, de acordo

com o levantamento realizado em 2016. A expectativa é que os indicadores de 2017 apresentem uma melhora ainda mais significativa.

Os impactos também precisam ser avaliados no longo prazo, observando como os produtores que participaram dessa experiência vão se desenvolver e como os esforços de organização social e fortalecimento da gestão influenciaram as pessoas.

Todos os envolvidos no PAS tiveram de se superar diariamente, pois o contexto da agricultura familiar na Amazônia é complexo e dinâmico, e a cada momento uma variável diferente era incorporado no sistema.

“A feira melhorou a renda do lote e está contribuindo para o sustento da minha família.”

Felisbela Maria Costa dos Santos, produtora do PA Bom Jardim, no Infopas nº 8, de março de 2017

“Eu espero muito do PAS por causa da tecnologia. Eu tenho vontade de produzir cacau, mas eu não sei trabalhar a terra para cacau, eu tenho vontade de produzir peixe, mas não sei e não tenho condições de mandar fazer o tanque, eu não tenho sequer conhecimento qualquer de criação de peixe.”

Esperdião L. de Souza, Vicinal 320, PA Bom Jardim. Transamazônica, no Infopas nº 1, de abril de 2013.

Entraves burocráticos, dificuldades técnicas e orçamentárias, logística complexa e obras de infraestrutura de grande porte, como a construção da Usina de Belo Monte, em Altamira, tornaram esse projeto um desafio ainda maior do que o imaginado em sua concepção, e ajustes foram realizados em diversos momentos. No entanto, a proposta original continuou a mesma: fortalecer a agricultura familiar para reduzir o desmatamento em assentamentos da reforma agrária.

Atualmente cerca 40 milhões de hectares do território amazônico no Brasil está dividido em 3.589 assentamentos de reforma agrária, uma área equivalente a da França. Cada um tem características próprias, mas os desafios a serem superados são comuns.

Se consideramos que metade dessa área está disponível para o cultivo, isso representa um quarto

da área total cultivada em todo o Brasil em 2016. Por outro lado, os 20 milhões de hectares de floresta armazenam o equivalente em carbono a seis anos das emissões totais de gases do efeito estufa do país inteiro. Fortalecer os assentados e permitir que busquem soluções condizentes com a realidade que vivem é portanto, ao mesmo tempo, um incentivo à produção agropecuária e à preservação do meio ambiente.

O IPAM busca constantemente ampliar o projeto e levá-lo a outros assentamentos da região, para consolidar a área de trabalho em que atuou com o PAS – um exemplo de excelência da agricultura familiar amazônica, fortalecida e sustentável, que pode servir como modelo para a região. O IPAM espera que as lições aprendidas, aqui resumidas, sirvam de inspiração para outras iniciativas e para políticas públicas de valorização do produtor familiar.



Thiago Foresti/IPAM

Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

www.assentamentosustentavel.org.br

INICIATIVA



O INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM) é uma organização de pesquisa científica, não governamental e sem fins lucrativos, fundada em 1995, que trabalha por um desenvolvimento sustentável da Amazônia que seja pautado pelo crescimento econômico, justiça social e proteção da integridade funcional dos ecossistemas da região.

ENDEREÇOS – Belém (Sede): Avenida Almirante Barroso, 1133, Bairro Marco, Belém (PA), CEP: 66093-031. Tel.: (91) 2121-0831. Altamira: Rua Lucindo Câmara, 3738, Bairro Jardim Independente, Altamira (PA), CEP: 68.372-823. Tel.: (93) 3515-3510. Brasília: SHIN CA 5, Bloco J2, Sala 309, Bairro Lago Norte, Brasília (DF), CEP: 71503-505. Tel.: (61) 3468-2206 / 2109-4150. Canarana: Rua Horizontina, 104, Bairro Centro, Canarana (MT), CEP: 78640-000. Tel.: (66) 3478-3631. Cuiabá: Rua Corsino do Amarante, 588, Bairro Quilombo, Cuiabá (MT), CEP: 78.043-435. Tel.: (65) 3621-3109. Itaituba: Rua Lázaro de Almeida Baima, 791(2ª Rua), Jardim das Araras, Itaituba (PA), CEP: 68.180-110. Tel.: (93) 3518-1688. Rio Branco: Rua Alvorada, 211, 1º Piso, sala 101, Bairro Bosque, Rio Branco (AC), CEP: 69900-664. Tel.: (68) 3224-8316. Santarém: Av. Rui Barbosa, 136, Bairro Prainha, Santarém (PA), CEP: 68005-080. Tel.: (93) 3522-5538 / 3522-5285

www.ipam.org.br

A FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR (FVPP) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1991 por iniciativa de agricultores familiares e movimentos populares da região da Transamazônica e Xingu no oeste do Pará. Desde a sua fundação, se mantém articulada com os movimentos sociais da Amazônia e do país, na proposição e execução de projetos identificados com uma visão sustentável de desenvolvimento.



ENDEREÇO: Rua Anchieta, 2092, Altamira (PA). CEP: 68.371-272. Tel.: (93) 3515-2406
www.fvpp.org.br

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.



ENDEREÇO: SBN Qd. 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, Brasília (DF). CEP: 70.057-900. Tel.: (61) 3411-7474
www.incra.gov.br

RECURSOS



APOIO



O Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia conta com três grupos de sustentação, situados um em cada território de abrangência do projeto e um grupo de lideranças na região da Transamazônica. Esses grupos são compostos por sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações de produtores, entre outras entidades que representam as famílias assentadas e demais atores envolvidos nas atividades. Tem como objetivo contribuir para o processo de gestão do desenvolvimento dos assentamentos.

PARCEIROS LOCAIS



CIDS

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu



Associação dos Agricultores Familiares do Canoé e Cutiã

ASCRAN

Associação Comunitária Rural Anapuense



APRUC II

Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Cristalino II)

Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Santa Inez PA Cristalino II – Associação Santa Inez

